

Não denuncio a perversão moral dos mais ricos e seus colaboradores. Denuncio a perversão do sistema. E denuncio, portanto, todos os que desejam que este sistema funcione melhor. Porque isso equivale a desejar que se aumente a desigualdade, o sofrimento e a devastação.

José María Castillo



a religião e uma economia ao serviço de 1% da população

Em 18 de janeiro, 2016, tornou-se conhecido, em todo o mundo, o **RELATÓRIO DA OXFAM**, com o seguinte título: **“UMA ECONOMIA AO SERVIÇO DE 1%”**. Isto significa que a economia mundial está a ser gerida de forma a transformar-se no sistema económico, político e jurídico mais violento e desonesto que a história, algum dia, conheceu.

Nunca houve no mundo tantos tiranos, nem ditadores, dotados com um poder assim, de cuja conduta resultaram consequências tão mundialmente destrutivas e causadoras de tanta devastação, tanta humilhação, tanta desigualdade, tanto sofrimento e tanta morte. Não estou a falar dos campos de extermínio da Segunda Guerra Mundial. O que temos diante de nós, à vista de toda a gente, são as nações e continentes de extermínio, em que as sessenta e duas pessoas mais ricas do mundo (e os seus mais próximos colaboradores) sabem que poderão continuar a concentrar riqueza, baseados no facto de mais de três mil milhões de seres humanos se verem, a cada ano que passa, mais limitados nas suas possibilidades de continuarem vivos.

Com uma agravante aterradora. **Não se trata, apenas, de reduzir a população mundial a metade**. O que estamos a assistir é à prossecução de um genocídio, que ninguém poderia imaginar, e inclusive à aceitação de que o planeta terra seja, irremediavelmente, dilacerado, e para sempre.

Não denuncio a perversão moral dos mais ricos e seus colaboradores. Denuncio a perversão do sistema. **E denuncio, portanto, todos os que desejam que este sistema funcione melhor**. Porque isso equivale a desejar que se aumente a desigualdade, o sofrimento e a devastação”

Por outro lado - e isto é o mais importante que quero destacar aqui -, pergunto-me se as religiões têm alguma responsabilidade neste desastre. É claro que sim. **Pela responsabilidade que nós crentes temos neste espantoso desastre**. Pelo nosso silêncio face às autoridades civis e religiosas. Porque, com frequência, “legitimamos” o sistema, colaborando com ele. Porque utilizamos a religião, com os seus rituais e cerimónias, para tranquilizar as nossas consciências. E se a tudo isto se acrescentar a consciência de submissão e subordinação, que a experiência religiosa implica, compreende-se bem que as hierarquias dominantes de cada religião, se achem legitimadas a viver as suas lideranças em situação de contradição: em muitos casos, vivem, exatamente, ao invés do que representam e praticam.

A consequência retirar do que acaba de ser dito, torna-se cada dia mais preocupante. **As religiões derivam de sistemas de poder** e, na situação atual, se quiserem manter-se tal como sobrevivem hoje em dia, nada mais lhes resta do que viverem integradas na contradição canalha do sistema dominante. E esta situação manter-se-á, por mais que as religiões puguem o contrário, ou publiquem documentos de protesto ou denúncia. Enquanto nós crentes não entrarmos em contradição com este sistema devastador, estaremos, inevitavelmente, a ser cúmplices das suas consequências de destruição e morte.

José María Castillo, teólogo espanhol, em artigo publicado por *Religión Digital*, 19-01-2016.

1% da população global detém a mesma riqueza dos restantes 99%

A riqueza acumulada por 1% da população mais abastada do mundo, equivale, atualmente, pela primeira vez, à riqueza dos restantes 99%.

É esta a conclusão dum estudo da organização não-governamental britânica *Oxfam*, baseado em dados do banco *Credit Suisse*, relativos a outubro de 2015.

O relatório diz, também, que as sessenta e duas pessoas mais ricas do mundo possuem, em riqueza, o mesmo que toda a metade mais pobre da população mundial.

A reportagem é de ANTHONY REUBEN e é publicada por *BBC News*, 18-01-2016.

O documento pede que os líderes do mundo dos negócios e da política, reunidos no FÓRUM ECONÓMICO MUNDIAL DE DAVOS [20 a 23 de janeiro], iniciado esta semana, na Suíça, tomem medidas para enfrentar a desigualdade no mundo.

A **Oxfam** critica a ação dos detentores de *lobbies*, que influenciam decisões políticas que interessam às empresas, e a quantidade de dinheiro acumulada em paraísos fiscais.

Ressalvas

Segundo o estudo da **Oxfam**, quem acumula bens e dinheiro no valor de US\$ 68 mil (cerca de 62.580 EUR), está entre os 10% mais ricos da população. Para integrar o grupo dos 1% mais ricos, é preciso ter US\$ 760 mil (699.428 EUR).

Isto significa que uma pessoa que possua um imóvel médio em Londres, já pago, provavelmente estará na faixa dos 1% mais ricos da população mundial.

No entanto, há várias ressalvas a estes números. O próprio *Credit Suisse* reconhece que é muito difícil conseguir informações rigorosas sobre os bens e dinheiro acumulados pelos super-ricos.

O banco diz que as suas estimativas sobre a proporção de riqueza dos 10% e dos 1% mais ricos "podem estar subestimadas". Além disso, os números incluem estimativas colhidas em países nos quais não há estatísticas rigorosas.

A **Oxfam** afirmou que o fato de as sessenta e duas pessoas mais ricas do mundo acumularem o equivalente à riqueza dos 50% mais pobres da população mundial, revela uma concentração de riqueza "impressionante", ainda mais tendo em conta que, em 2010, o equivalente à riqueza da metade mais pobre da população mundial, estava nas mãos de trezentos e oitenta e oito indivíduos.

"Ao invés de uma economia que trabalha para a prosperidade de todos, para as gerações futuras e em prol do planeta, o que temos é uma economia que trabalha para o grupo dos 1% mais ricos", afirma o **relatório da Oxfam**.

Tendência

A **Oxfam** verificou que a proporção de riqueza dos 1% mais ricos tem vindo a aumentar ano a ano, desde 2009, depois de ter caído, de forma gradual, entre 2000 e 2009.

A ONG britânica pede que os governos tomem providências para reverter esta tendência. A **Oxfam** sugere como meta, por exemplo, a redução da diferença entre o que é pago aos trabalhadores que recebem salário mínimo, e o que é pago aos executivos.

A organização também quer pôr fim à diferença de salários entre homens e mulheres, que haja uma compensação pela prestação não remunerada de cuidados a dependentes, e a promoção de direitos iguais a heranças e posse de terra por parte das mulheres.

A ONG britânica quer, também, que os governos imponham restrições aos *lobbies*, reduzam o preço dos medicamentos, e cobrem impostos pela riqueza, em vez de impostos pelo consumo.



Oxfam

Organização sem fins lucrativos

A Oxfam International é uma confederação de 13 organizações e mais de 3000 parceiros, que atua em mais de 100 países na busca de soluções para o problema da pobreza e da injustiça, através de ... Wikipédia [<https://pt.wikipedia.org/wiki/Oxfam>]

Fundador: Cecil Jackson-Cole

Fundada em: 1942, Oxford, Reino Unido

CEO: Mark Goldring

Sedes: Oxford, Reino Unido

Indicações: Prémio Emmy Digital Internacional:

Não-ficção, Shorty Award: Caridade

Subsidiárias: Oxfam GB, Oxfam Australia,

Oxfam Novib, Oxfam Canada, Oxfam

um olhar sobre as desigualdades

[O *Jornal de Notícias* pediu-me um comentário acerca do recente **RELATÓRIO DA OXFAM SOBRE AS DESIGUALDADES NA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA**. Parte desses comentários foram publicados no passado Domingo e podem ser encontrados em http://www.jn.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=4995960. Aqui fica o comentário integral].

A publicação recente do relatório "*WORKING FOR THE FEW: Political capture and economic inequality*" onde se reportava que praticamente metade da riqueza mundial era detida por 1% da população veio colocar de novo no debate público o problema das desigualdades económicas e sociais.

Independentemente dos valores exactos apresentados, e que são sempre de estimação difícil quando se trata de medir a riqueza e a sua distribuição, o relatório da Oxfam veio reafirmar quatro importantes questões fundamentais para a análise da importância crescente das desigualdades na nossa forma de viver e nas condições de vida auferidas pelas populações.

A primeira, é a de que assistimos hoje a um forte crescimento das desigualdades a nível global que se iniciou na década de 70 e que assume hoje proporções não vivenciadas pela generalidade dos países pelo menos desde a segunda guerra. Os relatórios da OCDE e os trabalhos recentes de Pikety e Atkinson demonstram claramente esta tendência para o agravamento das desigualdades.

A segunda questão prende-se com a identificação do principal fator explicativo do agravamento das desigualdades: a forte concentração da riqueza e do rendimento detida por um número cada vez mais reduzido de pessoas na parte superior da escala de rendimento. Este fenómeno implica necessariamente olhar para as desigualdades de uma forma diferente. Assistimos hoje a uma a uma deslocação da análise do que é a tradicional visão de ricos versus pobres para uma outra que, para além daquela, opõem igualmente os "super-ricos" ao conjunto da sociedade.

O terceiro aspeto tem a ver com as diferenças entre a desigualdade dos rendimentos e a da riqueza. A generalidade dos estudos efetuados nos últimos anos centra-se predominantemente na análise da formação e da distribuição dos rendimentos. Devido a sua maior complexidade e à dificuldade de estimação a distribuição da riqueza tem permanecido um pouco na penumbra sendo relativamente poucos os estudos conhecidos. Mas aqueles que existem são inequívocos na demonstração que a desigualdade na distribuição da riqueza é muito superior à da distribuição dos rendimentos. Se quisermos conhecer de facto a verdadeira natureza das desigualdades, e as suas consequências, é necessário ter

em conta não somente a relação entre a riqueza e o rendimento mas igualmente aspectos específicos da formação e consolidação da desigualdade da riqueza como, por exemplo, o papel das heranças e aquilo que poderíamos designar como a “transmissão intergeracional da riqueza”.

O último aspecto que gostaria de salientar, porventura o mais importante, é a de que esta concentração excessiva da riqueza e dos rendimentos constitui não só um factor de injustiça social, um elemento potenciador da pobreza e da exclusão social de milhões de homens e mulheres das nossas sociedades mas constitui igualmente, e de forma cada vez mais vincada, um travão ao crescimento económico e ao desenvolvimento social. A concentração crescente dos principais recursos do planeta num conjunto reduzido de indivíduos e famílias assume-se cada vez mais como incompatível com a noção de desenvolvimento sustentado que respeite o ambiente, promova a criação de riqueza e a sua distribuição mais equitativa e que seja inclusivo para o conjunto da sociedade.

Portugal, um país profundamente desigual

Portugal tem sido ao longo dos anos um dos países mais desiguais da União Europeia no que concerne à distribuição do rendimento monetário. O índice de Gini, uma das medidas mais utilizadas para medir a desigualdade, do nosso país foi sempre superior ao valor médio da UE. Utilizando os dados mais recentes é possível verificar que entre 2005 e 2009 o diferencial de desigualdade entre Portugal e a UE desceu de 7,5 pontos percentuais para 3,3 mas após 2010 voltou a agravar-se fixando-se em 2013 em 3,6.

Os poucos dados existentes sobre a distribuição da riqueza existentes no nosso país reportam a 2010 e são baseados no “Inquérito à Situação Financeira das Famílias” realizado conjuntamente pelo INE e pelo Banco de Portugal. Também aqui Portugal é dos países mais desiguais da UE. O índice de Gini da riqueza líquida, isto é da riqueza total deduzida do endividamento, assume o valor de 67%. A proporção da riqueza líquida total auferida pelos 10% mais ricos atinge o valor de 52,7%.

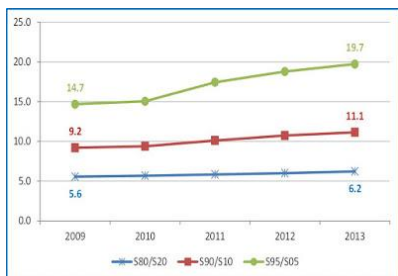
Porém, se à riqueza líquida subtrairmos o valor da casa própria, os indicadores de desigualdade são ainda mais expressivos: o índice de Gini alcança um valor de 84% e a proporção da riqueza nas mãos dos 10% mais ricos é de 74,1%.

O agravamento das desigualdades constitui um traço marcante das políticas de ajustamento seguidas recentemente no nosso país: o índice de Gin sofreu ligeiras alterações ao longo deste período parecendo sugerir que para o conjunto dos rendimentos familiares não se registaram alterações significativas ou, quanto muito uma ligeira subida. Entre 2009 e 2013 este índice aumentou de 33,7% para 34,5%.

No entanto, se considerarmos um outro indicador de desigualdade estimado pelo INE, que mede a distância que separa os rendimentos dos 10% mais pobres dos rendimentos dos 10% mais ricos (indicador S90/S10) verificamos que, entre 2009 e 2013, este indicador passou de 9,2 para 11,1. Se compararmos o rendimento dos 5% mais pobres com os 5% mais ricos (S95/S05) essa mesma distância aumentou de 14,7 para 19,7.

O aumento contínuo ao longo destes anos do fosso que separa as famílias e os indivíduos mais ricos dos mais pobres constituiu o principal traço da evolução das desigualdades neste período, como se pode observar no quadro seguinte.

Indicadores de Desigualdade - 2009/2013



Fonte: INE, ICOR 2010 – 2013

Os números anteriores são conhecidos. Mas permanecem áreas menos conhecidas dos efeitos das políticas seguidas, que alimentam mitos e criam uma nuvem de incerteza que, em última instância tendem a justificar essas mesmas políticas ou, no mínimo, a sua inevitabilidade.

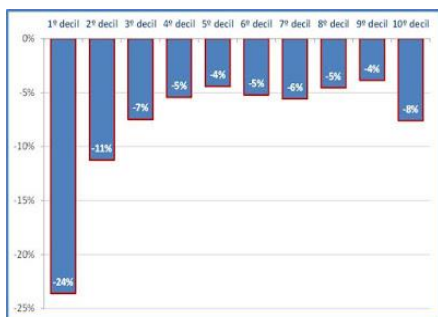
Pretendemos aqui analisar dois desses mitos sobre o que se passou nos últimos anos em Portugal.

O primeiro é a de que as políticas de austeridade como os cortes dos salários e das pensões tentaram sempre isentar as famílias e os indivíduos mais pobres. O segundo é a de que a crise foi particularmente sentida pela classe média.

Ambos os mitos não são mais do que... mitos. A realidade, infelizmente, é bem diferente. Utilizando os dados dos inquéritos às famílias realizados anualmente pelo INE é possível analisar como evoluíram os rendimentos das famílias ao longo da escala de rendimentos. Se dividirmos a população portuguesa em decis de rendimento, isto é se construirmos dez escalões de rendimento começando com os 10% mais pobres e terminando nos 10% mais ricos podemos analisar como evoluíram os respetivos rendimentos.

O gráfico seguinte apresenta a evolução dos rendimentos familiares entre 2009 e 2013 ao longo da escala de rendimentos:

Variação do Rendimento Disponível por Adulto Equivalente por decis (%) - 2009/2013



Fonte: INE, ICOR 2010 e ICOR 2013

Todos os decis registam um decréscimo do seu rendimento disponível como consequência da profunda crise económica e das políticas seguidas. O rendimento dos 10% mais ricos regista um decréscimo de cerca de 8%. Os rendimentos dos decis 3 a 7 descem menos de 7%. O rendimento dos 10% mais pobres diminuiu 24%!

Se em 1999 o rendimento dos 5% mais pobres representava 1,1% do rendimento total em 2013 esse valor reduziu-se para 0,8%. Se, alternativamente, considerarmos os 10% mais pobres esse mesmo valor sofreu uma diminuição de 2,9 para 2,4%.

Se é verdade que os mais pobres não foram seriamente afectados pelos cortes nos salários e nas pensões é indiscutível que os seus rendimentos sofreram uma profunda erosão pelo forte recuo das prestações sociais.

As alterações introduzidas nas transferências sociais, em particular no RSI, no CSI e no Abono de Família foram determinantes no aumento da pobreza e, simultaneamente, no agravamento das condições de vida das famílias mais pobres. O recuo das políticas sociais, no auge da crise económica quando elas mais se revelavam necessárias, constituiu inequivocamente um fator de empobrecimento, de fragilização da coesão social e do agravamento da distância que separa os rendimentos da população mais pobre da parte cimeira da distribuição dos rendimentos.

A reposição dos apoios sociais surge assim como condição necessária para inverter este processo de empobrecimento acentuado ocorrido no nosso país e para retomar um caminho de redução das desigualdades.

Mas não são obviamente suficientes para uma redução significativa e estrutural das desigualdades. Uma política que reduza as desigualdades económicas e sociais pressupõe medidas que atendam também à necessária correcção da desigualdade na repartição funcional do rendimento, estabelecendo regras de repartição dos excedentes entre investidores e trabalhadores.

Para tal é necessário assumir-se claramente que o processo de criação de riqueza e da sua distribuição não são compartimentados no tempo e sequenciais mas sim um processo simultâneo que define a natureza do próprio modelo económico

Uma política que reduza as desigualdades económicas e sociais pressupõe igualmente a valorização do trabalho, rejeitando um modelo de desenvolvimento assente nos baixos salários e na subordinação dos direitos dos trabalhadores no quadro das relações laborais.

Pressupõe igualmente uma intervenção ativa do Estado enquanto elemento corretor das insuficiências do mercado em matéria de equidade quer através do aumento da abrangência do sistema fiscal evitando a fraude e a evasão e fiscal, quer pela manutenção ou mesmo pelo acentuar da sua progressividade.

Carlos Farinha Rodrigues

In Areia dos Dias

<https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=wm#inbox/1527f68b00aca784>), 26-01-2016